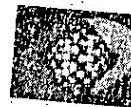


Comando SIPPS nº
484.738.621

Previdência Social
SERVIÇO DE PROTOCOLO
35000.001151/2019-88



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PROJUDI
Rua Mal Floriano Peixoto, 314 - Centro - União da Vitória/PR - CEP: 84.600-00 - Fone: 42 2130-5101 -
E-mail: vhus@tjpr.jus.br

Autos nº. 0004186-81.2018.8.16.0174.0001



Processo: 0004186-81.2018.8.16.0174
Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto Principal: Práticas Abusivas
Valor da Causa: R\$11.228,40
Polo Ativo(s): • JOSÉ CARLOS CORREIA (CPF/CNPJ: 571.751.529-49)
Rua Chackel Ruthemberg, 851 - UNIÃO DA VITÓRIA/PR
Polo Passivo(s): • BANCO BMG SA (CPF/CNPJ: 611186680/0001-74)
Avenida Álvares Cabral, 1707 - Lourdes - BELO HORIZONTE/MG - CEP:
30.170-915

União da Vitória, 09 de maio de 2019.

ARMP

Ilmo. Sr.
PRESIDENTE DO INSS
Renato Rodrigues Vieira
Setor de Aularquias Sul Q. 2 Bloco O BL O - Asa Sul, Brasília - DF, 70070-946

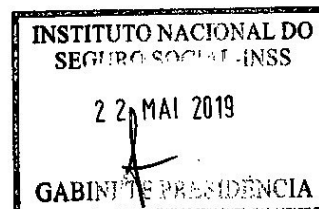
Prezado(a) Senhor(a),

Através do presente solicito a Vossa Senhoria as providências necessárias, para que para que encete investigações sobre as atividades das Instituições Financeiras conveniadas ao INSS, eis que estão flagrantemente burlando as leis que regem essa matéria (Leis 8.212/91; 8.213/91; 8078/90; 10.820/03; 10.953/04 e Decretos 3.048/99; 4.688/03; 4.862/03; 4.840/03; 5.180/04; 5.257/04, além da resolução 1.559/88, com redação dada pela resolução 3.258/05 do Conselho Monetário nacional e Reso.3.517/07. Neste diapasão que o DATAPREV verifique se o número de contratos ativos atende a determinação da IN/INSS nº 89/2017.

Atenciosamente,

JEANE CARLA FURLAN
Juíza de Direito Supervisora

(assinatura digital)





S.P.E.

Nº _____

Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO



Destinatário: PRESIDENTE DO INSS
SAUS Quadra 2 Bloco O, S/N
Asa Sul
70070-946 Brasília/DF
Obs.: AU 1628-39.2018

Carta

9912293424/2017 DR/PR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Correios

Data de Postagem
14/05/2019

AR

BI836433124BR



Carta

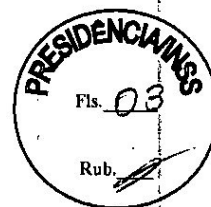
9912293424/2017
DR/PR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Correios





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



01.001.0 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 23 / 05/2019

Ref.: Proc. 35000.001151/2019-88
(Sipps nº 484.738.621)

Int.: Comarca de União da Vitória/PR

Ass.: Proc.nº 0004186-81.2018.8.16.0174
José Carlos Correia e Banco BMG
SA.

Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios para exame e pronunciamento, a fim de subsidiar resposta ao Juízo competente.

Sidarta Costa de A. Souza
SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA
Chefe de Gabinete da Presidência

rmst d.beneficiobmgJC

Acao

Inicio Origem Desvio Restaura Fim



NB 1066743077 JOSE CARLOS CORREIA Situacao: Ativo
CPF: 571.751.529-49 NIT: 1.128.134.504-5 Ident.: 3770433 PR

OL Mantenedor: 20.0.22.150 APS : APS PORTO UNIAO SABI
OL Mant. Ant.: 200.220.11 Banco : 001 BRASIL
OL Concessor : 20.0.22.150 Agencia: 216848 PORTO UNIAO

Nasc.: 19/09/1965 Sexo: MASCULINO Trat.: 13 Procur.: NAO RL: NAO
Esp.: 32 APOSENTADORIA INVALIDEZ PREVIDENCIARIA Qtd. Dep. Sal.Fam.: 00
Ramo Atividade: INDUSTRIARIO RP: N Qtd. Dep. I. Renda: 00
Forma Filiacao: DESEMPREGADO Qtd. Dep. Informada: 00
Meio Pagto: CONTA CORRENTE: 0002007878 Dep. para Desdobr.: 00/00
Situacao: ATIVO Dep. valido Pensao: 00

APR. : 0,00 Compet : 06/2019 DAT : 17/02/1994 DIB: 01/07/1998
MR.BASE: 1.076,13 MR.PAG.: 1.076,13 DER : 08/07/1998 DDB: 18/07/1998
Acompanhante: NAO Tipo IR: PADRAO DIB ANT: 20/03/1995 DCB: 00/00/0000

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3

Consulta de Empréstimo Consignado



Usuário: Zilma Borges de Souza

Consulta de Empréstimos

Os campos precedidos com asterisco(*) são de preenchimento obrigatório

1 - Exija sempre a sua via do contrato de empréstimo pessoal e/ou cartão de crédito.

2 - Para contratar crédito compareça a agência da Instituição Financeira conveniada, não aceite a abordagem de terceiros ou por telefone.

Informações do benefício

Número do benefício: 1066743077

Nome do segurado: JOSE CARLOS CORREIA

Espécie: 32-APOSENTADORIA INVALIDEZ PREVIDENCIARIA

Pagamento através de: CONTA-CORRENTE

Situação do benefício: ATIVO

Possui representante legal / procurador?: NÃO

É pensão alimentícia?: NÃO

Bloqueado para empréstimo?: NÃO

Valor da MR: R\$ 1.076,13 Valor referente ao pagamento da competência 06/2019

Base de cálculo da margem consignável: R\$ 1.076,13

Margem atual disponível para empréstimo: R\$ 17,13 1,6 %

Margem atual disponível para cartão: R\$ 0,00 0,0 %

Empréstimos Bancários

Contrato	Banco	Iní. Contrato	Iní. Desconto	Fim Desconto	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	VL Empréstado	VL Parcela	Parcela/Total
325707552-7 - (Empréstimo por Consignação)	623 - PAN	08/03/2019	04/2019	-	12/03/2019	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 8.639,55	R\$ 241,38	03 / 72
315190358-4 - (Empréstimo por Consignação)	237 - BRADESCO	29/03/2017	04/2017	-	30/03/2017	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 678,46	R\$ 20,32	27 / 72
312731423-9 - (Empréstimo por Consignação)	623 - PAN	24/11/2016	12/2016	2019/02	26/11/2016	12/03/2019	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 8.029,94	R\$ 241,38	27 / 72
312576388-2 - (Empréstimo por Consignação)	623 - PAN	22/11/2016	12/2016	2016/11	23/11/2016	26/11/2016	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 7.584,84	R\$ 241,38	01 / 48
51-817712927/16 - (Empréstimo por Consignação)	739 - BANCO CETELEM	03/03/2016	04/2016	-	10/03/2016	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 1.422,87	R\$ 44,00	39 / 72
844408987 - (Empréstimo por Consignação)	001 - BRASIL	12/01/2015	02/2015	2016/11	12/01/2015	23/11/2016	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 8.600,00	R\$ 241,38	22 / 72
194443925 - (Empréstimo por Consignação)	655 - BCO. VOTORANTIM	07/12/2009	11/2009	2014/10	20/10/2009	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 1.980,00	R\$ 62,85	60 / 60
194434822 - (Empréstimo por Consignação)	655 - BCO. VOTORANTIM	07/12/2009	11/2009	2014/10	19/10/2009	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 3.600,00	R\$ 114,26	60 / 60
57203558 - (Empréstimo por Consignação)	318 - BANCO BMG	07/04/2005	10/2007	2009/02	01/10/2007	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 2.117,12	R\$ 94,34	17 / 17

Reserva de Margem para Cartão de Crédito

Contrato	Banco	Início Contrato	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Limite Cartão	VL Reservado
11049615	318 - BANCO BMG	01/03/2016	03/02/2017	16/05/2019	Suspensão	NÃO	SIM	R\$ 1.193,00	R\$ 53,80
8723396	318 - BANCO BMG	01/03/2016	04/03/2016	03/02/2017	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.912,84	R\$ 47,82
0229000576702	229 - CRUZEIRO DO SUL	06/02/2007	07/02/2007	18/10/2009	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 0,00	R\$ 51,63

Contrato	Banco	Comp. Desc.	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Saldo Devedor	Vi. Desconto	Un. Mês
106674307700052019	318 - BANCO BMG	05/2019	25/04/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 50,79	R\$ 50,79	R\$ 0,00
106674307700042019	318 - BANCO BMG	04/2019	23/03/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 50,79	R\$ 50,79	R\$ 0,00
106674307700032019	318 - BANCO BMG	03/2019	26/02/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 50,79	R\$ 50,79	R\$ 0,00
106674307700022019	318 - BANCO BMG	02/2019	28/01/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 50,79	R\$ 50,79	R\$ 0,00
106674307700012019	318 - BANCO BMG	01/2019	24/12/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 50,79	R\$ 50,79	R\$ 3,90
106674307700122018	318 - BANCO BMG	12/2018	30/11/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 50,79	R\$ 50,79	R\$ 0,00
106674307700112018	318 - BANCO BMG	11/2018	30/10/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 50,79	R\$ 50,79	R\$ 0,00
106674307700102018	318 - BANCO BMG	10/2018	29/09/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 50,79	R\$ 50,79	R\$ 0,00
106674307700092018	318 - BANCO BMG	09/2018	31/08/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 50,79	R\$ 50,79	R\$ 0,00
106674307700082018	318 - BANCO BMG	08/2018	29/07/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 50,79	R\$ 50,79	R\$ 0,00
106674307700072018	318 - BANCO BMG	07/2018	29/06/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 50,79	R\$ 50,79	R\$ 0,00
106674307700062018	318 - BANCO BMG	06/2018	26/05/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 50,79	R\$ 50,79	R\$ 0,00
106674307700052018	318 - BANCO BMG	05/2018	27/04/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 50,79	R\$ 50,79	R\$ 0,00
106674307700042018	318 - BANCO BMG	04/2018	25/03/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 50,79	R\$ 50,79	R\$ 0,00
106674307700032018	318 - BANCO BMG	03/2018	25/02/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 50,79	R\$ 50,79	R\$ 0,00
106674307700022018	318 - BANCO BMG	02/2018	06/02/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 49,29	R\$ 49,29	R\$ 0,00
106674307700122017	318 - BANCO BMG	12/2017	23/11/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 47,76	R\$ 47,76	R\$ 0,00
106674307700112017	318 - BANCO BMG	11/2017	21/10/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 47,05	R\$ 47,05	R\$ 0,00
106674307700102017	318 - BANCO BMG	10/2017	24/09/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 47,05	R\$ 47,05	R\$ 0,01
106674307700092017	318 - BANCO BMG	09/2017	22/08/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 47,05	R\$ 47,05	R\$ 0,01
106674307700082017	318 - BANCO BMG	08/2017	23/07/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 47,05	R\$ 47,05	R\$ 0,01
106674307700072017	318 - BANCO BMG	07/2017	22/06/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 47,05	R\$ 47,05	R\$ 140,49
106674307700062017	318 - BANCO BMG	06/2017	23/05/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 42,14	R\$ 42,14	R\$ 0,01
106674307700052017	318 - BANCO BMG	05/2017	25/04/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 42,14	R\$ 42,14	R\$ 0,01
106674307700042017	318 - BANCO BMG	04/2017	22/03/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,85	R\$ 46,85	R\$ 0,01
106674307700032017	318 - BANCO BMG	03/2017	22/02/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,85	R\$ 46,85	R\$ 0,01
106674307700022017	318 - BANCO BMG	02/2017	27/01/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 47,82	R\$ 47,82	R\$ 0,01
106674307700012017	318 - BANCO BMG	01/2017	22/12/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 47,82	R\$ 47,82	R\$ 0,01
106674307700122016	318 - BANCO BMG	12/2016	26/11/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 47,82	R\$ 47,82	R\$ 0,01
106674307700112016	318 - BANCO BMG	11/2016	22/10/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 47,82	R\$ 47,82	R\$ 0,01
106674307700102016	318 - BANCO BMG	10/2016	27/09/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 47,82	R\$ 47,82	R\$ 0,01
106674307700092016	318 - BANCO BMG	09/2016	24/08/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 45,97	R\$ 45,97	R\$ 0,01
106674307700082016	318 - BANCO BMG	08/2016	22/07/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,06	R\$ 46,06	R\$ 0,01
106674307700072016	318 - BANCO BMG	07/2016	22/06/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,20	R\$ 46,20	R\$ 0,03
106674307700062016	318 - BANCO BMG	06/2016	25/05/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,09	R\$ 46,09	R\$ 0,03
106674307700052016	318 - BANCO BMG	05/2016	21/04/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 46,24	R\$ 46,24	R\$ 5,04
106674307700042016	318 - BANCO BMG	04/2016	22/03/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 45,88	R\$ 45,88	R\$ 1.173,57



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PROJUDI

Rua Mal Floriano Peixoto, 314 - Centro - União da Vitória/PR - CEP: 84.600-00 - Fone: 42 2130-5101 -

E-mail: vlus@tjpr.jus.br



Autos nº. 0004186-81.2018.8.16.0174

Processo: 0004186-81.2018.8.16.0174

Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível

Assunto Principal: Práticas Abusivas

Valor da Causa: R\$11.228,40

Polo Ativo(s): • JOSÉ CARLOS CORREIA (CPF/CNPJ: 571.751.529-49)
Rua Chackel Ruthemberg, 851 - UNIÃO DA VITÓRIA/PR

Polo Passivo(s): • BANCO BMG SA (CPF/CNPJ: 61.186.680/0001-74)
Avenida Álvares Cabral, 1707 - Lourdes - BELO HORIZONTE/MG - CEP:
30.170-915

Deve a secretaria riscar a seq. # 49

Vistos e examinados;

Dispensado o relatório nos termos do artigo 38 da Lei n. 9099/95.

Trata-se de pedido de restituição de indébito c/c danos morais, proposta por JOSÉ CARLOS CORREIA em face de BANCO BMG S.A.

O promovente sustenta, em síntese, que solicitou um empréstimo consignado, mas estão sendo realizados descontos via cartão de crédito, modalidade na qual os juros são muito elevados

Em contrapartida o promovido aduz em preliminar incompetência do juízo e no mérito em linhas gerais que o promovente contratou um empréstimo requerendo a reserva de margem consignável no cartão de crédito e que houve o depósito do valor na conta. Juntou faturas e comprovante de transferência de valores em conta.

Feita estas breves considerações, passo a análise da preliminar:

a) Incompetência do Juízo:

A preliminar arguida não encontra respaldo na legislação pertinente, que permite ao juiz determinar a necessidade ou não da produção pericial.

Dispõe o artigo 5º da Lei nº. 9.099/95 que o juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

Em conjunto com esse dispositivo legal e com a finalidade de corroborar a desnecessidade da prova pericial, o artigo 427 do Código de

Processo Civil alude que o juiz poderá dispensar prová pericial quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem sobre as questões de fato pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerará suficientes.

O enunciado nº 54 do Fonaje não deixa dúvidas quando traz:

“A menor complexidade da causa para fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material.

Desta feita, desnecessária a realização de qualquer prova técnica ou pericial.

Com efeito, o meio de prova elencado pelo promovido não é necessário para o deslinde da causa, pelo que a preliminar deve ser rechaçada.

Ausente outras preliminares, nulidades e prejudiciais, passo ao mérito.

Do mérito

É mister destacar que a matéria deve ser analisada sob o prisma do Código de Defesa do Consumidor, pois a parte promotente é considerada consumidora, na forma do artigo 2º da Lei nº. 8.078/90 (CDC) e o promovido fornecedor de serviços, consoante a disposição legal contida no artigo 3º da mesma legislação.

Isto posto, embora tenha decidido anteriormente de outra forma, atualmente filio-me ao entendimento adotado pela nossa Turma Recursal ao analisar inúmeros processos da mesma natureza.

Pois bem.

O empréstimo consignado em benefício previdenciário decorrente de contrato de cartão de crédito é expressamente previsto na Lei 13.172/15 (artigo 6º, §5º), sendo que a retenção da Reserva de Margem Consignável (RMC) é autorizada a contratos de empréstimo consignado por cartão de crédito, “desde que expressamente autorizada” (Instrução Normativa do INSS n. 39/2009, art. 3º, item III).

No caso em apreciação, o promovente não se desincumbiu do ônus de provar (CPC, artigo 373, I) a ocorrência de falha no dever de informação (CDC, artigo 6º, III) ou de algum vício do consentimento no momento da celebração do contrato.

O fato de acreditar estar firmando contrato de empréstimo consignado propriamente dito e posteriormente constatar que a cobrança se opera pelo desconto de fatura mínima junto a cartão de crédito consignado não invalida o negócio jurídico expressamente admitido por lei e com cláusulas redigidas de forma compreensível.

Além disso, o promovente em seu depoimento pessoal reconhece a contratação e em momento algum questionou o recebimento do crédito (seq. #14.4 e # 14.5), evidenciando, assim, a sua expressa adesão ao

crédito consignado.

ENTRETANTO o defeito do negócio jurídico celebrado entre as partes se manifesta no momento de sua execução porque ao estabelecer o desconto de parcela mínima através de margem consignável decorrente de cartão de crédito, a dívida contraída se torna impagável em razão do decréscimo ínfimo do saldo devedor.

Daí por que deve ser declarada a nulidade da cláusula contratual que permite o desconto contínuo de valor proporcional do mútuo pela fatura mínima do cartão sem data correta para quitação integral da dívida visto que:

- a) estabelece obrigações abusivas (CDC, artigo 51, IV);
- b) está em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor (CDC, artigo 51, XV); e,
- c) onera demasiadamente o consumidor (CDC, artigo 51, §1º, III).

A referida nulidade da cláusula contratual não invalida o contrato (CDC, artigo 51, § 2º).

Em observância ao princípio da boa fé objetiva (CC, artigo 422) e para evitar o enriquecimento ilícito da parte, uma vez que o valor do crédito foi depositado em conta corrente do consumidor, se faz necessário adequar o contrato nos seguintes termos:

- a) o montante recebido à título de crédito pela parte promovente deverá continuar a ser objeto de desconto junto à margem consignável. O desconto, todavia, não se dará sobre valor mínimo descontado sobre fatura de cartão de crédito, mas sim pelo saldo residual devedor e no montante fixo definido no extrato RMC, tão somente até a quitação pelo valor nominal, sem incidência de juros ou correção monetária, pois não há previsão no contrato (que prevê somente encargos para cartão de crédito), sendo esta a consequência do reconhecimento da abusividade da cláusula contratual.

Em síntese: os pagamentos já efetuados serão abatidos de eventual saldo devedor existente, prosseguindo-se os descontos pelo valor fixo já estipulado junto a RMC em tantas parcelas quanto suficientes para alcançar a quitação do valor já recebido pelo promovente.

Por sua vez, não é cabível a restituição em dobro dos valores pagos (CDC, artigo 42, parágrafo único) porque não se afigura hipótese de engano justificável e muito menos de má-fé da instituição financeira.

Mas, havendo quitação com pagamento a maior, situação a ser aferida em cumprimento de sentença, deverá o montante residual que extrapolar o valor nominal ser restituído em dobro à parte autora acrescido de correção monetária e juros legais (CDC, art. 42, parágrafo único, parte final), porque aí resta configurado pagamento indevido.

Da mesma maneira, não é cabível indenização por danos

INSSIDEN
10

morais em face da absoluta ausência de provas de qualquer repercussão nos direitos da personalidade da parte autora. Trata-se, na realidade, de mero prejuízo material, já compensado com a restituição dos valores pagos a maior.

No mesmo sentido, é o entendimento da Turma Recursal:

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO COM RESTRIÇÃO DE MARGEM CONSIGNÁVEL. VÍCIO DE CONSENTIMENTO NÃO COMPROVADO. DEFEITO DO NEGÓCIO JURÍDICO APENAS QUANDO DA EXECUÇÃO. DÍVIDA VIRTUALMENTE IMPAGÁVEL. ONEROSIDADE EXCESSIVA. NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL QUE PERMITE DESCONTO CONTÍNUO DE VALOR PROPORCIONAL AO MÚTUO PELA FATURA MÍNIMA DE CARTÃO DE CRÉDITO. REPETIÇÃO EM DOBRO E DANOS MORAIS INDEVIDOS. REVISÃO DO CONTRATO. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA SENTENÇA. RECURSO DA PARTE AUTORA PARCIALMENTE PROVIDO. Recurso Inominado nº 0054219-85.2017.8.16.0182 1º Juizado Especial Cível de Curitiba (Matéria Bancária) Recorrente(s): NELSON FERREIRA JUVENAL Recorrido(s): BANCO BMG SA Relator: Alvaro Rodrigues Junior. Recurso Inominado nº 0000279-20.2018.8.16.0103 Juizado Especial Cível da Lapa Recorrente(s): BANCO BMG SA Recorrido(s): LORECI DE FATIMA DOS SANTOS GODOI Relator: Alvaro Rodrigues Junior.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO COM RESTRIÇÃO DE MARGEM CONSIGNÁVEL. REPETIÇÃO EM DOBRO E DANOS MORAIS INDEVIDOS. RECURSO DA PARTE AUTORA DESPROVIDO Recurso Inominado nº 0021991-13.2017.8.16.0035 2º Juizado Especial Cível de São José dos Pinhais Recorrente(s): Ilena Cardoso Pampuch Recorrido(s): BANCO BMG SA Relator: Alvaro Rodrigues Junior.

Em relação ao pedido do promovente para que sejam juntados aos autos dos documentos relacionados ao presente pedido, deixo de analisar o mesmo, uma vez que tais documentos já se encontram acostados nas seq. #14.4 a # 14.5 e seq. #14.7 a #14.10.

Pelo exposto:

JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, formulado por JOSÉ CARLOS CORREIA em face de BANCO BMG S.A. com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de:

DETERMINAR que o promovido, no prazo de 30 (trinta dias) após o trânsito em julgado adeque o contrato e os descontos, mantendo o desconto junto à margem consignável, sobre o saldo residual devedor e no montante fixo definido no extrato RMC (e não sobre valor mínimo descontado sobre fatura de cartão de crédito), tão somente até a quitação pelo valor nominal, sem incidência de juros ou correção monetária, sob pena de multa diária de R\$ 25,00 (art. 52, V, da Lei 9099/95, art. 537, parágrafo único do CPC), até o limite de R\$ 3.000,00.

Como efeito secundário da sentença, determino que os valores pagos pela parte promovente a título de Tarifa de Emissão de Cartão serão computados como parte da liquidação do empréstimo, vez que tais taxas não existem no empréstimo consignado propriamente dito, além do dever de evitar o enriquecimento ilícito.

Os valores cobrados a título de IOF em virtude de juros do rotativo, serão arcados pelo Banco promovido, uma vez que se a operação tivesse



sido realizada apenas como consignado normal, incidiria uma única vez. Portanto, caberá a instituição financeira demonstrar de que forma efetuou a cobrança do IOF no valor depositado na TED. Caso haja cobrança após o crédito, esses valores deverão ser reembolsados à parte pelo promovido.

Verificada a quitação com pagamento a maior pela parte promovente, condenar a parte promovida à restituir o montante residual que extrapolar o valor nominal, em dobro, com correção monetária a partir da data do desembolso e juros legais a partir da citação, observado o prazo prescricional trienal (Recurso Inominado 0002240-87.2017.8.16.0181, 0013751-38.2017.8.16.0131 e 0025416-14.2017.8.16.0014).

Estabeleço o prazo de 30 (trinta dias) após o trânsito em julgado desta sentença para a instituição financeira adequar o contrato e os descontos aos termos aqui definidos, sob pena de multa diária de R\$ 25,00 (art. 52, V, da Lei 9099/95, art. 537, parágrafo único do CPC), até o limite de R\$ 3.000,00.

Expeça-se ofício ao Presidente do INSS para que encete investigações sobre as atividades das Instituições Financeiras conveniadas àquele órgão, eis que estão flagrantemente burlando nas leis que regem essa matéria (Leis 8.212/91; 8.213/91; 8078/90; 10.820/03; 10.953/04 e Decretos 3.048/99; 4.688/03; 4.862/03; 4.840/03; 5.180/04; 5.257/04, além da resolução 1.559/88, com redação dada pela resolução 3.258/05 do Conselho Monetário nacional e Reso.3.517/07. Neste diapasão que o DATAPREV verifique se o número de contratos ativos atende a determinação da IN/INSS nº 89/2017.

Intimem-se.

Sem ônus sucumbenciais, em decorrência do disposto no artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, motivo pelo qual deixo de analisar eventual pedido de gratuidade.

Por fim, submeto a decisão à MM. Juíza de Direito para fins do art. 40, da Lei nº. 9.099/95.

Transitada em julgado, arquivem-se.

Diligências necessárias.

Advirto às partes que nos Juizados Especiais todos os prazos serão contados em dias úteis, consoante a Lei nº. 13.728 de 31 de outubro de 2018 que incluiu o art. 12-A na Lei nº. 9.099/95[1].

[1] Art. 12-A. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão somente os dias úteis.

União da Vitória, 24 de abril de 2019.

Carla Beatriz Carneiro Aleixo
Juíza Leiga



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PROJUDI
Rua Mal Floriano Peixoto, 314 - Centro - União da Vitória/PR - CEP: 84.600-00 - Fone: 42 2130-5101 -
E-mail: vlus@tjpr.jus.br



Autos nº. 0004186-81.2018.8.16.0174

Processo: 0004186-81.2018.8.16.0174

Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível

Assunto Principal: Práticas Abusivas

Valor da Causa: R\$11.228,40

Polo Ativo(s): • JOSÉ CARLOS CORREIA (CPF/CNPJ: 571.751.529-49)
Rua Chackel Ruthemberg, 851 - UNIÃO DA VITÓRIA/PR

Polo Passivo(s): • BANCO BMG SA (CPF/CNPJ: 61.186.680/0001-74)
Avenida Álvares Cabral, 1707 - Lourdes - BELO HORIZONTE/MG - CEP:
30.170-915

Vistos, etc.

HOMOLOGO, POR SENTENÇA para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga CARLA BEATRIZ CARNEIRO ALEIXO, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95.

Entretanto, acrescento que o valor pago na fatura do cartão a título de "proteção perda e roubo" também será computado como parte na liquidação do empréstimo, da mesma forma exposta no 8º parágrafo da pág. 4 do projeto de sentença.

Intimem-se.

Oportunamente arquivem-se.

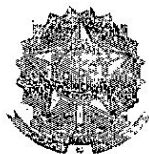
Diligências necessárias.

JEANE CARLA FURLAN^H

Juíza Supervisora

Advirto às partes que nos Juizados Especiais todos os prazos serão contados em dias úteis, consoante a Lei nº. 13.728 de 31 de outubro de 2018 que incluiu o art. 12-A na Lei nº. 9.099/95[1].

[1] Art. 12-A. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão somente os dias úteis



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



1.500.502 – DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS, em __/__/2019.

Proc.: 35000.001151/2019-88 (SIPPS
484.738.621)

Ref.: Autos 0004186-81.2018.8.16.0174

Int.: Juizado Especial Cível de União
da Vitória – Poder Judiciário do Estado do
Paraná.

Ass.: Número de contratos ativos de
empréstimo consignado e cartão de crédito
com reserva de margem consignável.

1. Trata-se de ação judicial proposta por José Carlos Correia (CPF 571.751.529-49) em face da instituição financeira Banco BMG SA (CNPJ 61.186.680/0001-74), contendo solicitação judicial para que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS *“encete investigações sobre as atividades das Instituições Financeiras conveniadas ao INSS, eis que estão flagrantemente burlando as leis que regem essa matéria (Lei 8.212/91; 8.213/91; 8078/90; 10.820/03; 10.953/04 e Decretos 3.048/99, 4.688/03; 4.862/03; 4.840/03; 5.180/04; 5.257/04, além da resolução 1.559/88, com redação dada pela resolução 3.258/05 do Conselho Monetário nacional e Reso. 3.517/07”*, bem como para que a DATAPREV *“verifique se o número de contratos ativos atende a determinação da IN/INSS nº 89/2017”*.
2. O Instituto Nacional do Seguro Social não fez parte de nenhum dos polos do processo informado acima. Dessa forma, eventual penalidade administrativa somente pode ser aplicada mediante procedimento administrativo com observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, corolários do devido processo legal.
3. Consultando a decisão judicial é possível verificar que o juiz declarou a nulidade de uma cláusula contratual com base no CDC sem, no entanto, declarar a nulidade do negócio jurídico pactuado entre as partes.
4. O número de contratos de empréstimos consignados e de reserva de margem para cartão de crédito estão em conformidade com o limite imposto pelo inciso II do artigo 4º da



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008, alterado pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 89, de 18 de outubro de 2017.

5. Face ao exposto acima, não restou configurada a violação de dispositivos normativos pela instituição financeira que justifique a aplicação das penalidades previstas no artigo 52 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de Maio de 2008.

6. Feitas as considerações, esta Divisão de Consignações em Benefício - DCONB sugere arquivamento do presente procedimento administrativo.

7. Ante o exposto, encaminhe-se à Coordenação-Geral de Gerenciamento de Pagamentos em Benefícios e Gestão de Serviços Previdenciários (01.500.5), para ciência e, se de acordo, encaminhamento à Diretoria de Benefícios (01.500), para ciência e posterior restituição ao Gabinete da Presidência – 01.001.0.

8. À DIRBEN – 01.500.


KARINA FLÁVIA DE FREITAS
Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios
Técnico do Seguro Social - Matrícula 1564475



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



01.500.5 – COORDENAÇÃO-GERAL DE GERENCIAMENTO DO PAGAMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS, em __/__/2019.

Proc.: 35000.001151/2019-88 (SIPPS 484.738.621)

Ref.: Autos 0004186-81.2018.8.16.0174

Int.: Juizado Especial Cível de União da Vitória – Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Ass.: Número de contratos ativos de empréstimo consignado e cartão de crédito com reserva de margem consignável.

1. Ciente e de acordo.
2. Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios (01.500) na forma proposta.

SAULO MILHEM DOS SANTOS

Coordenador-Geral de Gerenciamento do Pagamento e Gestão de Serviços Previdenciários



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



DIRETORIA DE BENEFÍCIOS -01.500, EM / /

Ref.:SIPPS 484.738.621

Interessado: Banco BMG/SA

Ass.: Número de contratos ativos de empréstimo consignado e cartão de crédito com reserva de margem consignável

1. Trata-se de comunicação de decisão judicial, proferida pelo Juizado Especial Cível da Comarca de União da Vitória, solicitando a adoção de providências para identificar eventuais falhas no procedimento da instituição financeira supracitada na contratação de cartão de crédito com desconto em benefício pelo INSS.
2. Segundo foi apurado no processo judicial a instituição financeira estaria criando a obrigatoriedade de desconto no benefício do valor mínimo, sem oportunizar, em consequência, que o beneficiário efetue o pagamento total da fatura e, em consequência, lhe impõe cobrança de juros nas parcelas posteriores ficando a dívida impagável.
3. As regras acerca da operacionalização do cartão de crédito vêm disciplinadas no art. 16 da Instrução Normativa nº 28/2008. Vejamos:

Art. 16. Nas operações de cartão de crédito serão considerados, observado, no que couber, o disposto no art. 58 desta Instrução Normativa:

I - Revogado pela Instrução Normativa INSS/PRESS nº 80, de 14 de agosto de 2015)

II - (alterado pela Instrução Normativa nº 92 /PRES/INSS, de 28 de dezembro de 2017)

II - o limite da reserva de margem consignável para o pagamento de despesas contraídas utilizando cartão de crédito e para uso com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito é de um, vírgula quarenta (1,40) vez o valor da renda mensal do benefício previdenciário;

III - a taxa de juros não poderá ser superior a três inteiros por cento (3%) ao mês, de forma que expresse o custo efetivo;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

IV - é vedada a cobrança da TAC e quaisquer outras taxas administrativas, exceto a prevista no inciso II do art. 15 e § 1º deste artigo; e

V - o beneficiário, ao constituir a RMC, não poderá ser onerado com a cobrança de qualquer custo adicional de manutenção ou anuidade, excetuando o previsto nesta Instrução Normativa, de forma que a taxa de juros expresse o custo efetivo do cartão de crédito.

§ 1º O titular do cartão de crédito poderá optar pela contratação de seguro contra roubo, perda ou extravio, cujo prêmio anual não poderá exceder R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos).

§ 2º A instituição financeira não poderá aplicar juros sobre o valor das compras pagas com cartão de crédito quando o beneficiário consignar a liquidação do valor total da fatura em uma única parcela na data de vencimento.

4. Verifica-se, portanto, que não há autorização para obrigar ao desconto apenas da parcela única, ferindo a regra prevista no § 2º do art. 16, acima descrito, além de regras do direito do consumidor, o que foi apontado pelo Poder Judiciário na r. sentença.
5. Considerando o volume de reclamações de processos dessa natureza que tramitam na referida comarca, e que chegam ao conhecimento da Diretoria de Benefícios, em relação não só a instituição interessada como também a outras instituições financeiras, deverá ser instaurado processo administrativo para apuração de possíveis irregularidades nas condutas da Banco BMG/SA
6. Retorno o presente processo à Divisão de Consignações de Benefícios para as seguintes providências administrativas:
 - a) através do presente processo administrativo notificar à instituição financeira da ação judicial e conclusão, solicitando esclarecimentos sobre quais regras estão sendo estabelecidas para cobrança na modalidade de cartão de crédito, apresentando cópias dos referidos contratos de cartão de crédito e fatura para avaliação pelo INSS;
 - b) Concomitantemente, deverá ser encaminhado ofício à Secretaria de Defesa do Consumidor – SENACON, encaminhamento cópia da referida ação judicial para conhecimento e providências que entender cabíveis;
 - c) Encaminhar cópia ao Departamento de Supervisão de Conduta do Banco Central do Brasil para conhecimento e avaliação da prática adotada pela referida instituição financeira em relação ao empréstimo na modalidade cartão de crédito.
7. Observo que todas as demandas judiciais que chegarem ao conhecimento do



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

INSS, em que se verifica, em tese, prática abusiva praticada por instituições bancárias, deverão ser adotados os procedimentos de **apuração das condutas praticadas** no âmbito administrativo e oficial concomitantemente à SENACON e ao Departamento de Supervisão de Conduta do Banco Central do Brasil.


MARCIA ELIZA DE SOUZA
Diretora de Benefícios



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



-Ofício nº 677/DIRBEN/INSS

Brasília, 22 outubro de 2019.

Ao
BANCO BMG
Avenida Brigadeiro Faria Lima
9º andar, Bloco B- Itaim Bibi
São Paulo/SP


Prezado Dirigente

Cumprimentando-a cordialmente, informo-lhe a instauração do processos administrativo decorrente da notificação enviada pelo Poder Judiciário autos nº 0001346-98.2018.8.16.0174, 0011225.66.2017.8.16.0174, 0004186-81.2018.8.16.0174, 0010891-32.2017.8.16.0174, 0010985-77.2017.8.16.0174, 00043.18-41.2018.8.16.0174, 0010889-62.2017.8.16.0174, 0012848-68.2017.8.16.0174, 0010990-02.2017.8.16.0174.0002, 0011659-55.2017.8.16.0174, 0001208-34.2018.8.16.0174.0002, 0004008-35.2018.8.16.0174, 0004004-95.2018.8.16.0174, 0011220-44.2017.8.16.0174.0002, 0001628-39.2018.8.16.0174, 00020003492-15.2018.8.16.0174, 00020011660-40.2017.8.16.0174.0003, 0004010-05.2018.8.16.0174, 0004011-87.2018.8.16.0174, 0010920-82.2017.8.16.0174.0002 que tramitaram na Comarca de União da Vitória/PR, envolvendo operações de cartão de crédito com a instituição financeira BANCO BMG S/A tendo sido o INSS intimado acerca da sentença.

Segundo consta na r. sentença anexa ao presente ofício, o defeito do negócio jurídico celebrado entre as partes se manifesta no momento de sua execução ao estabelecer o desconto de parcela mínima através de margem consignável decorrente de cartão de crédito, a dívida contraída se torna impagável, em razão do decréscimo infimo do saldo devedor, concluindo se tratar de obrigação abusiva e em desacordo com os sistema de proteção ao consumidor (CDC).

O presente ofício tem como objetivo oportunizar a apresentação de defesa acerca dos fatos apontados no prazo de 10 dias, solicitando que apresentem o contrato celebrado com o beneficiário, as faturas em que envolvam o objeto de questionamento em juízo e demais informações que se fizerem necessárias para conclusão do processo administrativo de apuração.

Atenciosamente,


MARCIA ELIZA DE SOUZA
Diretora de Benefícios



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Ofício nº 618/DIRBEN/INSS



Brasília, 22 de outubro de 2019.

À Senhora

FERNANDA VILELA OLIVEIRA

Coordenação de Sanções Administrativas da SENACON

Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Edifício Sede, Sala 522

Bairro Zona Cívica Administrativa - Brasília/DF.

CEP 70.064-900

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, encaminho-lhe para conhecimento cópias dos despachos que determinam a instauração do procedimento administrativo para apuração dos fatos apontados nas ações judiciais nº 0001346-98.2018.8.16.0174, 0011225.66.2017.8.16.0174, 0004186-81.2018.8.16.0174, 0010891-32.2017.8.16.0174, 0010985-77.2017.8.16.0174, 00043.18-41.2018.8.16.0174, 0010889-62.2017.8.16.0174, 0012848-68.2017.8.16.0174, 0010990-02.2017.8.16.0174.0002, 0011659-55.2017.8.16.0174, 0001208-34.2018.8.16.0174.0002, 0004008-35.2018.8.16.0174, 0004004-95.2018.8.16.0174, 0011220-44.2017.8.16.0174.0002, 0001628-39.2018.8.16.0174.00020003492-15.2018.8.16.0174.0002, 0011660-40.2017.8.16.0174.0003, 0004010-05.2018.8.16.0174, 0004011-87.2018.8.16.0174, 0010920-82.2017.8.16.0174.0002 que tramitaram na Comarca de União da Vitória/PR, envolvendo operações de cartão de crédito com a instituição financeira BANCO BMG S/A, tendo sido o INSS intimado acerca da sentença.

Segundo as r. sentenças anexas ao presente ofício, o defeito do negócio jurídico celebrado entre as partes se manifesta no momento de sua execução ao estabelecer o desconto de parcela mínima através de margem consignável decorrente de cartão de crédito, a dívida contraída se torna impagável, em razão do decréscimo ínfimo do saldo devedor, concluindo se tratar de obrigação abusiva e em desacordo com os sistema de proteção ao consumidor (CDC).

Os procedimentos que deverão ser adotados pelas instituições financeiras que mantêm acordos de cooperação técnica com o INSS, em relação à contração de cartão de crédito com desconto diretamente no benefício é regido pela Instrução Normativa nº 28/2008, com as alterações da Instrução Normativa nº 100/2018, são as seguintes:

Art. 20. Para a efetivação da consignação/retenção/constituição de RMC nos benefícios previdenciários, as instituições financeiras que firmarem convênio com o INSS deverão encaminhar à Dataprev, até o segundo dia útil de cada mês, conforme procedimentos previstos no protocolo de integração definido entre as partes, para processamento no referido mês.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Parágrafo único. Os comandos de exclusões de empréstimo/ RMC/cartão de crédito, não serão aceitos durante o período de processamento da folha de pagamento dos beneficiários da Previdência Social.

Art. 21. A instituição financeira, ao realizar as operações de consignação/retenção/constituição de RMC dos titulares de benefícios deverá, sem prejuízo de outras informações legais exigidas (art. 52 do Código de Defesa do Consumidor – CDC), observar a regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, em especial as disposições constantes da Resolução nº 3.694, de 26 de março de 2009, e alterações posteriores, bem como dar ciência prévia ao beneficiário, no mínimo, das seguintes informações:

I - valor total com e sem juros;

II - taxa efetiva mensal e anual de juros;

III - todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que eventualmente incidam sobre o valor do crédito contratado;

IV - valor, número e periodicidade das prestações;

V - soma total a pagar com o empréstimo pessoal ou o limite máximo previsto para cartão de crédito; e Página 14 de 37 VI - data do início e fim do desconto.

VII - valor da comissão paga aos terceirizados contratados pelas instituições financeiras para a operacionalização da venda do crédito, quando não for efetuado por sua própria rede. (incluído pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 43, de 19 de janeiro de 2010)

VIII - o CNPJ da agência bancária que realizou a contratação quando realizado na própria rede, ou, o CNPJ do correspondente bancário e o CPF do agente subcontratado pelo anterior, acrescido de endereço e telefone. (incluído pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 43, de 19 de janeiro de 2010)

Por força da Ação Civil Pública n.º 0106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, houve inclusão do Art. 21-A, com as seguintes determinações:

Art. 21-A Sem prejuízo das informações do art. 21, nas autorizações de descontos decorrentes da celebração de contratos de Cartão de Crédito com Reserva de Margem Consignável, o contrato firmado entre o beneficiário do INSS e a instituição consignatária deverá, obrigatoriamente, nos termos da decisão homologatória de acordo firmado na Ação Civil Pública nº 0106890-28.2015.4.01.3700, ser acompanhado de Termo de Consentimento Esclarecido – TCE, que constará de página única, reservada exclusivamente para tal documento, constituindo-se instrumento apartado de outros que formalizem a contratação do Cartão de Crédito Consignado, e conterá, necessariamente:

I - expressão "TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO", inserida na parte superior do documento e com



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

fonte em tamanho quatorze;

II - abaixo da expressão referida no inciso I do caput, em fonte com tamanho onze, o texto: "Em cumprimento à sentença judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, proposta pela Defensoria Pública da União";

III - nome completo, CPF e número do benefício do cliente;

IV - logomarca da instituição financeira;

V - imagem em tamanho real do cartão de crédito contratado, ainda que com gravura meramente ilustrativa;

VI - necessariamente como última informação do documento, espaço para preenchimento de local, data e assinatura do cliente;

VII - as seguintes inscrições, todas registradas em fonte com tamanho doze e na ordem aqui apresentada:

a) Contratei um Cartão de Crédito Consignado;

b) Fui informado que a realização de saque mediante a utilização do meu limite do Cartão de Crédito Consignado ensejará a incidência de encargos e que o valor do saque, acrescido destes encargos, constará na minha próxima fatura do cartão;

c) A diferença entre o valor pago mediante consignação (desconto realizado diretamente na remuneração/benefício) e o total da fatura poderá ser paga por meio da minha fatura mensal, o que é recomendado pelo (nome da instituição financeira), já que, caso a fatura não seja integralmente paga até a data de vencimento, incidirão encargos sobre o valor devido, conforme previsto na fatura;

d) Declaro ainda saber que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores;
Página 16 de 37

e) Estou ciente de que a taxa de juros do cartão de crédito consignado é inferior à taxa de juros do cartão de crédito convencional;(incluído pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018)

f) Sendo utilizado o limite parcial ou total de meu cartão de crédito, para saques ou compras, em uma única transação, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até (número de meses), contados a partir da data do primeiro desconto em folha, desde que: (incluído pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018)



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

1. eu não realize outras transações de qualquer natureza, durante todo o período de amortização projetado a partir da última utilização;
2. não ocorra a redução/perda da minha margem consignável de cartão;
3. os descontos através da consignação ocorram mensalmente, sem interrupção até o total da dívida;
4. eu não realize qualquer pagamento espontâneo via fatura; e
5. não haja alteração da taxa dos juros remuneratórios;

g) Para tirar dúvidas acerca do contrato ora firmado, inclusive sobre informações presentes neste Termo de Consentimento, o cliente poderá entrar em contato gratuitamente com o (nome da instituição financeira) através do Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC (identificar número telefônico) e de sua Ouvidoria (identificar número telefônico) (incluído pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018)

Não há, portanto, nem mesmo no âmbito do INSS previsão que autorize a instituição financeira a impor a forma de pagamento do cartão de crédito apenas em parcela mínima, havendo da mesma forma, violação às regras vigentes acerca do empréstimo mediante cartão de crédito consignado.

Atenciosamente,

MARCIA ELIZA DE SOUZA
Diretora de Benefícios



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



Ofício nº 64/DIRBEN/INSS

Brasília, 22 de outubro de 2019.

Ao Senhor
SERGIO JOSE DE MESQUITA GOMES
Departamento de Supervisão de Conduta
Setor Bancário Sul Q. 3 BL B
Asa Sul, Brasília - DF
CEP 70074-900

Prezado Senhor,

Cumprimentando-a cordialmente, encaminho-lhe para conhecimento cópias das intimações judiciais dos processos nº 0001346-98.2018.8.16.0174, 0011225.66.2017.8.16.0174, 0004186-81.2018.8.16.0174, 0010891-32.2017.8.16.0174, 0010985-77.2017.8.16.0174, 00043.18-41.2018.8.16.0174, 0010889-62.2017.8.16.0174, 0012848-68.2017.8.16.0174, 0010990-02.2017.8.16.0174.0002, 0011659-55.2017.8.16.0174, 0001208-34.2018.8.16.0174.0002, 0004008-35.2018.8.16.0174, 0004004-95.2018.8.16.0174, 0011220-44.2017.8.16.0174.0002, 0001628-39.2018.8.16.0174.00020003492-15.2018.8.16.0174.0002, 0011660-40.2017.8.16.0174.0003, 0004010-05.2018.8.16.0174, 0004011-87.2018.8.16.0174, 0010920-82.2017.8.16.0174.0002 que tramitam na Comarca de União da Vitória, envolvendo operações de cartão de crédito com a instituição financeira BANCO BMG S/A

Segundo a r. sentença anexa ao presente ofício, o defeito do negócio jurídico celebrado entre as partes se manifesta no momento de sua execução ao estabelecer o desconto de parcela mínima através de margem consignável decorrente de cartão de crédito, a dívida contraída se torna impagável, em razão do decréscimo ínfimo do saldo devedor, concluindo se tratar de obrigação abusiva e em desacordo com os sistema de proteção ao consumidor (CDC).

Os procedimentos que deverão ser adotados pelas instituições financeiras que mantêm acordos de cooperação técnica com o INSS, em relação à contração de cartão de crédito com desconto diretamente no benefício é regido pela Instrução Normativa nº 28/2008, com as alterações da Instrução Normativa nº 100/2018, são as seguintes:

Art. 20. Para a efetivação da consignação/retenção/constituição de RMC nos benefícios previdenciários, as instituições financeiras que firmarem convênio com o INSS deverão encaminhar à Dataprev, até o segundo dia útil de cada mês, conforme procedimentos previstos no protocolo de integração definido entre as partes, para processamento no referido mês.

Parágrafo único. Os comandos de exclusões de empréstimo/ RMC/cartão de



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

crédito, não serão aceitos durante o período de processamento da folha de pagamento dos beneficiários da Previdência Social.

Art. 21. A instituição financeira, ao realizar as operações de consignação/retenção/constituição de RMC dos titulares de benefícios deverá, sem prejuízo de outras informações legais exigidas (art. 52 do Código de Defesa do Consumidor – CDC), observar a regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, em especial as disposições constantes da Resolução nº 3.694, de 26 de março de 2009, e alterações posteriores, bem como dar ciência prévia ao beneficiário, no mínimo, das seguintes informações:

I - valor total com e sem juros;

II - taxa efetiva mensal e anual de juros;

III - todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que eventualmente incidam sobre o valor do crédito contratado;

IV - valor, número e periodicidade das prestações;

V - soma total a pagar com o empréstimo pessoal ou o limite máximo previsto para cartão de crédito; e Página 14 de 37 VI - data do início e fim do desconto.

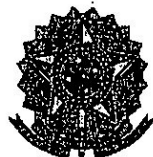
VII - valor da comissão paga aos terceirizados contratados pelas instituições financeiras para a operacionalização da venda do crédito, quando não for efetuado por sua própria rede. (incluído pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 43, de 19 de janeiro de 2010)

VIII - o CNPJ da agência bancária que realizou a contratação quando realizado na própria rede, ou, o CNPJ do correspondente bancário e o CPF do agente subcontratado pelo anterior, acrescido de endereço e telefone. (incluído pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 43, de 19 de janeiro de 2010)

Por força da Ação Civil Pública n.º 0106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, houve inclusão do Art. 21-A, com as seguintes determinações:

Art. 21-A Sem prejuízo das informações do art. 21, nas autorizações de descontos decorrentes da celebração de contratos de Cartão de Crédito com Reserva de Margem Consignável, o contrato firmado entre o beneficiário do INSS e a instituição consignatária deverá, obrigatoriamente, nos termos da decisão homologatória de acordo firmado na Ação Civil Pública nº 0106890-28.2015.4.01.3700, ser acompanhado de Termo de Consentimento Esclarecido – TCE, que constará de página única, reservada exclusivamente para tal documento, constituindo-se instrumento apartado de outros que formalizem a contratação do Cartão de Crédito Consignado; e conterá, necessariamente:

I - expressão "TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO", inserida na parte superior do documento e com fonte em tamanho quatorze;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

II - abaixo da expressão referida no inciso I do caput, em fonte com tamanho onze, o texto: "Em cumprimento à sentença judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, proposta pela Defensoria Pública da União";

III - nome completo, CPF e número do benefício do cliente;

IV - logomarca da instituição financeira;

V - imagem em tamanho real do cartão de crédito contratado, ainda que com gravura meramente ilustrativa;

VI - necessariamente como última informação do documento, espaço para preenchimento de local, data e assinatura do cliente;

VII - as seguintes inscrições, todas registradas em fonte com tamanho doze e na ordem aqui apresentada:

a) Contratei um Cartão de Crédito Consignado;

b) Fui informado que a realização de saque mediante a utilização do meu limite do Cartão de Crédito Consignado ensejará a incidência de encargos e que o valor do saque, acrescido destes encargos, constará na minha próxima fatura do cartão;

c) A diferença entre o valor pago mediante consignação (desconto realizado diretamente na remuneração/benefício) e o total da fatura poderá ser paga por meio da minha fatura mensal, o que é recomendado pelo (nome da instituição financeira), já que, caso a fatura não seja integralmente paga até a data de vencimento, incidirão encargos sobre o valor devido, conforme previsto na fatura;

d) Declaro ainda saber que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores;
Página 16 de 37

e) Estou ciente de que a taxa de juros do cartão de crédito consignado é inferior à taxa de juros do cartão de crédito convencional; (incluído pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018)

f) Sendo utilizado o limite parcial ou total de meu cartão de crédito, para saques ou compras, em uma única transação, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até (número de meses), contados a partir da data do primeiro desconto em folha, desde que: (incluído pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018)

1. eu não realize outras transações de qualquer natureza, durante todo o período



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

de amortização projetado a partir da última utilização;

2. não ocorra a redução/perda da minha margem consignável de cartão;

3. os descontos através da consignação ocorram mensalmente, sem interrupção até o total da dívida;

4. eu não realize qualquer pagamento espontâneo via fatura; e

5. não haja alteração da taxa dos juros remuneratórios;

g) Para tirar dúvidas acerca do contrato ora firmado, inclusive sobre informações presentes neste Termo de Consentimento, o cliente poderá entrar em contato gratuitamente com o (nome da instituição financeira) através do Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC (identificar número telefônico) e de sua Ouvidoria (identificar número telefônico) (incluído pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018)

Não há, portanto, nem mesmo no âmbito do INSS previsão que autorize a instituição financeira a impor a forma de pagamento do cartão de crédito apenas em parcela mínima, havendo da mesma forma, violação às regras vigentes acerca do empréstimo mediante cartão de crédito consignado.

Atenciosamente,

MARCIA ELIZA DE SOUZA
Diretora de Benefícios



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência
Diretoria De Benefícios

DESPACHO

Diretoria De Benefícios, em 20/01/2020.

Ref.: Processo
nº 35000.001151/2019-
88

Int.: JUIZADO ESPECIAL
CÍVEL DE UNIÃO DA
VITÓRIA - PROJUDI

**Ass.: NOTIFICAÇÃO
INSTITUIÇÃO
BANCÁRIA -
IRREGULARIDADE NA
OPERACIONALIZAÇÃO
DO CARTÃO DE
CRÉDITO - AÇÃO
JUDICIAL.**

1. Ciente.

2. Ao Serviço Técnico Administrativo da Diretoria de Benefícios - STADB para que anexem o comprovante de envio e recebimento em relação ao Ofício n. 674/DIRBEN/INSS, bem como, informem se houve apresentação de defesa, anexando-a ao presente processo.

MARCIA ELIZA DE SOUZA
Diretora de Benefícios



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA ELIZA DE SOUZA, Diretor(a)**, em 20/01/2020, às 23:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **0228233** e o código CRC **16230F7D**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35000.001151/2019-88

SEI nº 0228233



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

DATA DE POSTAGEM

DESTINATÁRIO
ALEX SANDER MOREIRA GONCALVES
AVENIDA PAULISTA 1374
BELA VISTA
01310-100 - SÃO PAULO - SP

UNIDADE DE POSTAGEM

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
DIRETORIA DE BENEFICIO
SAUS QUADRA 2 BLOCO O 816
ASA SUL
70070-946 - BRASÍLIA - DF

01.500
JU 39608348 9 BR

CDD ESTADIO

24 OUT 2019

SÃO PAULO/SP

TENTATIVAS DE ENTREGA

OBSERVAÇÃO

1ª _____ : _____ h
2ª _____ : _____ h
3ª _____ : _____ h

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se	<input type="checkbox"/> 5 Recusado
<input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> 6 Não procurado
<input type="checkbox"/> 3 Não existe o número	<input type="checkbox"/> 7 Ausente
<input type="checkbox"/> 4 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Falecido
<input type="checkbox"/> 9 Outros	

RUBRICA E MATRÍCULA DO
CARTEIRO
zequiel Medina
8.929.078.0
CDD Paulista

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Willian Santos
Auxiliar de Expediente
RG: 43590412-7

DATA DE ENTREGA
24 OUT 2019

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE

(ÁREA DE COLA NO VERSO)



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

DESPACHO

Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.

Ref.: Processo nº 35000.001151/2019-88.

Int.: BANCO BMG S.A.

A s s .: Apuração de irregularidades -
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

assinado eletronicamente

MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 08/11/2021, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador 5460865 e o código CRC 30965482.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35000.001151/2019-88

SEI nº 5460865